



COMBOIOS DE PORTUGAL



RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO EM 2013

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

---

2013



## FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário € 1.995.317.000

### **Conceção e Coordenação:**

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão.

**Contactos:** [webmaster@cp.pt](mailto:webmaster@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

## Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	4
II. ESTRUTURA DE CAPITAL .....	7
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	7
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	11
Administração e supervisão .....	11
<i>Curricula</i> .....	12
Organogramas .....	20
Fiscalização .....	25
Revisor Oficial de Contas .....	34
Auditor Externo .....	35
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	37
Estatutos e comunicações .....	37
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas .....	37
Controlo interno e gestão de riscos .....	37
Regulamentação .....	39
Sítio de Internet .....	43
VI. REMUNERAÇÕES .....	44
Competência para a determinação .....	44
Estrutura das remunerações .....	44
Divulgação das remunerações .....	46
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	56
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ....	59
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	61



# I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

## Visão, Missão, Valores e sua concretização

# Visão

Ser a melhor empresa de serviço de transportes, orientada para o cliente e amiga das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua atuação por critérios e objetivos de eficácia e de competitividade.



- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Estabelecimento de sistemas de preços compatíveis com os vários mercados e que tenham em conta a relação preço/qualidade;
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração;
- Uma comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;
- Valorização das relações com as comunidades locais.

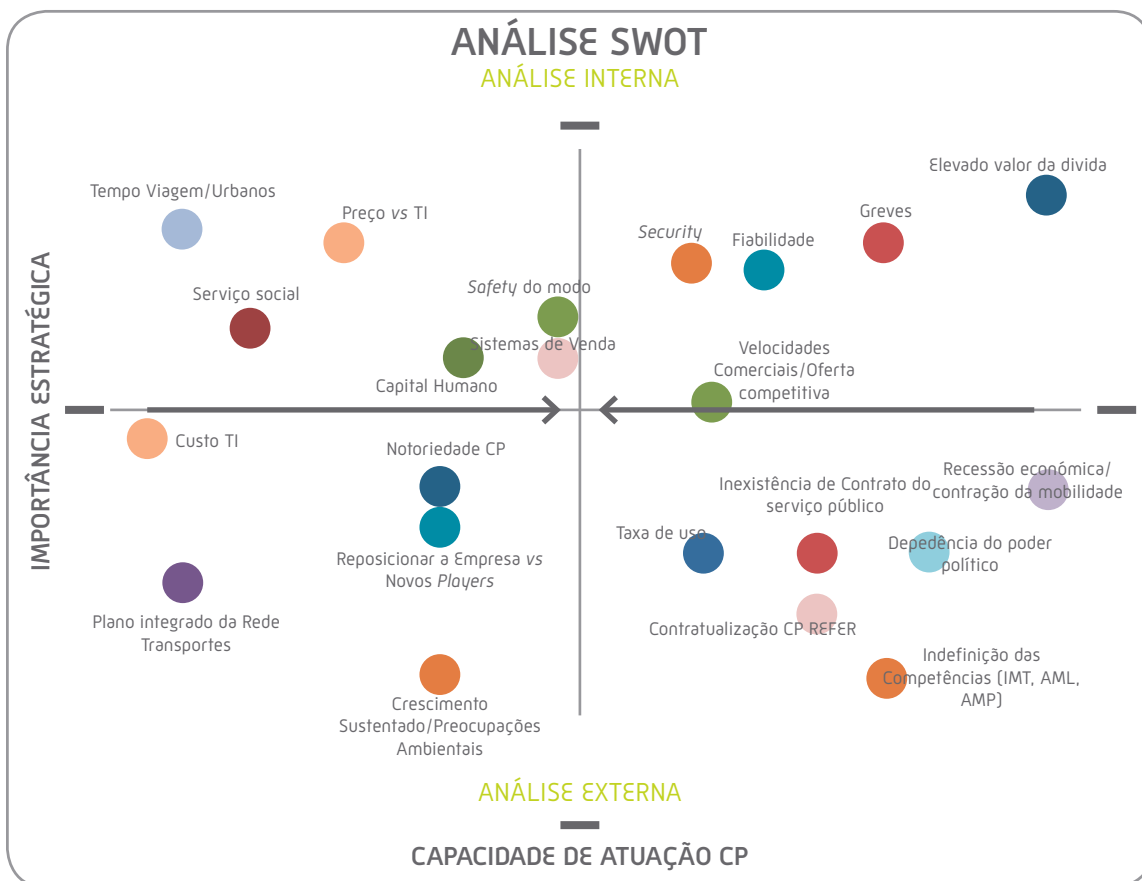


## Fatores-chave de que dependem os resultados da Empresa

Alguns dos principais fatores-chave para os resultados da Empresa são os seguintes:

- Elevado valor da dívida histórica;
- Ausência de contratualização do serviço público prestado;
- Concorrência do transporte individual e, em alguns eixos, do transporte rodoviário e aéreo;
- Fraca complementaridade entre modos de transporte;
- Reduzida flexibilidade e ausência de investimentos nas infraestruturas do transporte ferroviário;
- Recessão económica e conflitualidade social e laboral;
- Redução dos fundos de cofinanciamento.

A seguinte análise SWOT avalia os diferentes aspetos de acordo com a sua importância estratégica versus a capacidade de atuação da CP para os influenciar:



## Políticas, linhas de ação e grau de cumprimento

A atividade da CP, durante o ano, foi desenvolvida com base no Plano de Atividades e Orçamento 2013 (PAO 2013) remetido às Tutelas Sectorial e Financeira em 30 de outubro de 2012.

A promoção da eficiência continuou a ser o foco estratégico da Empresa para 2013, estabelecendo-se como grande objetivo a obtenção do equilíbrio financeiro operacional, de modo a melhorar o EBITDA e atingir um orçamento económico equilibrado.

Para a sua obtenção definiram-se as seguintes linhas de orientação:

- Melhoria do ajustamento da oferta à procura, revendo horários e paragens em circulações, procurando servir melhor as necessidades das populações;
- Redução de custos de funcionamento, através de racionalização dos meios de produção e de novos modos de abordagem de resolução de problemas;
- Melhoria dos indicadores de regularidade e eficiência dos serviços prestados, fixando objetivos de taxa de absentismo, trabalho extraordinário, tempo de condução / tempo de serviço, MOD / Comboios realizados;
- Alienação de bens e de participações não enquadráveis nas necessidades atuais, reduzindo meios afetos não geradores de valor e contribuindo com meios de financiamento da atividade de transporte ferroviário;
- Racionalização de participações sociais, devendo as empresas Participadas apresentar EBITDA positivo.

Num contexto de fortes dificuldades macroeconómicas, com particular impacto na quebra da procura e consequente diminuição dos rendimentos do tráfego e nas restrições ao refinanciamento da dívida, a CP encerrou o exercício de 2013 com um resultado líquido de -226,5 milhões de euros, 11% melhor que o previsto (+ 27,4 milhões de euros).

Para este facto contribuíram essencialmente as alterações da carteira de derivados que compensaram o menor resultado operacional da Empresa e das Participadas.

O EBTIDA manteve-se positivo em cerca de 22 milhões de euros, abaixo, no entanto, do valor previsto, em cerca de 16,3 milhões de euros.

Este desvio é justificado essencialmente pela quebra dos rendimentos de tráfego, 6,2 milhões de euros aquém do previsto, pela reposição dos subsídios de férias, o que representou um acréscimo dos gastos com pessoal de 8,7 milhões de euros e pelo abate da UTE acidentada em Alfarelos (1,6 milhões de euros reconhecidos como gastos do exercício).

De referir, ainda, a contenção de gastos generalizada na maioria das rubricas de FSE e CMVMC, que permitiu compensar os desvios registados nos proveitos não *core*, em virtude das condições de mercado não terem sido favoráveis à alienação de ativos identificados como não sendo essenciais para a atividade, e nas indemnizações compensatórias, cujo valor atribuído ficou abaixo do previsto.

## II. ESTRUTURA DE CAPITAL

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, com um capital estatutário no valor de 1.995.317.000€.

## III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

### Participadas do Grupo CP

A CP é a empresa-mãe de um Grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diversos segmentos de atividade.

O *core business* do grupo é a prestação de serviços de transporte ferroviário, constituindo-se como o maior transportador ferroviário de passageiros e de mercadorias do país. Opera em todo o território nacional, oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do país e para a sua coesão social e territorial, operando, ainda, a nível internacional.

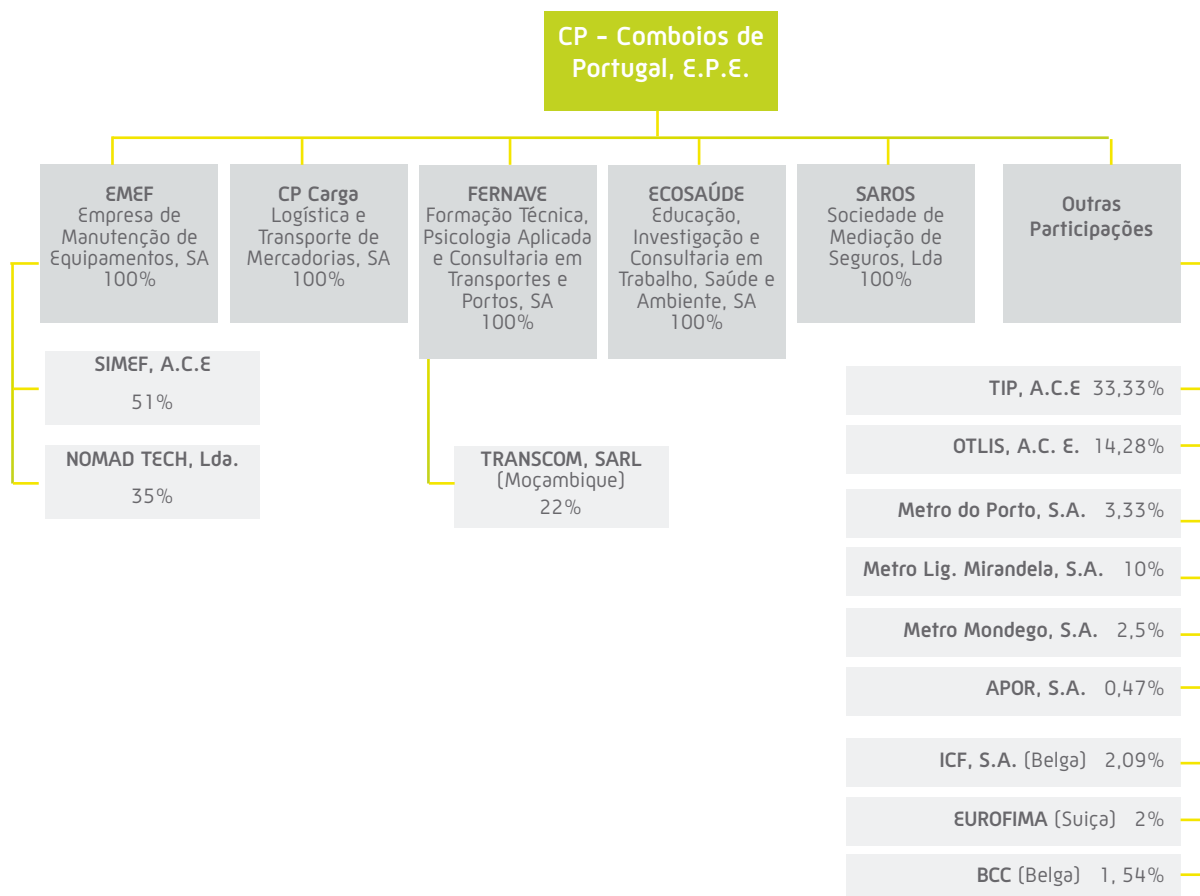
Através de subsidiárias e associadas, o Grupo desenvolve as seguintes atividades:

- Transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.);
- Fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A. e SIMEF, A.C.E.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Formação e desenvolvimento técnico-profissional, elaboração de estudos e projetos e prestação de serviços de psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica na área dos transportes e comunicações (Fernave, S.A.);
- Prestação de cuidados de saúde, criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos, diagnósticos e prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo (Ecosáude, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto (TIP, A.C.E.);
- Desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento na Região de Lisboa (OTLIS, A.C.E.).

A CP detém, ainda, algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

No quadro seguinte indicam-se as participações em 31 de dezembro de 2013:





Durante o ano de 2013, a composição do Grupo CP alterou-se ligeiramente:

- A EMEF Internacional e a FERGRÁFICA foram liquidadas definitivamente;
- A NOMAD Tech foi constituída, com uma participação de 35% da EMEF e 65% da NOMAD Digital.

## Participação em entidades de natureza associativa ou fundacional

A CP participa nas seguintes organizações:

### *\_Organizações Nacionais*

Sigla	Nome
AMTC	Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
APNCF	Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
FMNF	Fundação Museu Nacional Ferroviário

### *\_Organizações Internacionais*

Sigla	Nome
UIC	International Union of Railways
CER	Community of European Railway and Infrastructure Companies
CIT	International Rail Transport Committee
ERRAC <sup>(1)</sup>	European Rail Research Advisory Council
EURAIL Group	Organização gestora dos passes EURAIL e InterRail
COLPOFER <sup>(2)</sup>	Collaboration of Railway Police and Security Services
FIP'S	Group for International Travel Facilities for Railway Staff
ETCR	European Training Center for Railways

<sup>(1)</sup> A CP representa o Estado Português

<sup>(2)</sup> Grupo Especial da UIC

## Garantias financeiras a Participadas

Garantias e avales prestados pela CP - a empresas do Grupo e associadas:

### *\_Garantias e Avales em 2013*

EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
EMEF (fiança)	4.812.500 €
Fernave (cartas conforto)	1.950.000 €
Fernave (garantia)	23.779 €
Otlis (cartas conforto)	200.000 €
CP Carga (Fiança)	18.700.000 €
CP Carga (Livrança)	40.521.231 €
CP Carga (Garantia)	29.561.513 €
Ecosaúde (Carta conforto)	51.295 €

## Prevenção de conflitos de interesses

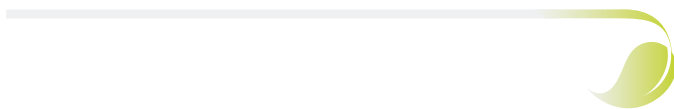
De acordo com as disposições legais na matéria - Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto - no início do exercício de funções dos Membros do Conselho de Administração, são apresentadas ao Tribunal Constitucional as respetivas declarações sobre o Valor do Património e Rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Equiparados.

Após a tomada de posse dos Membros do Conselho de Administração é também depositada na Procuradoria-Geral da República, dentro do prazo legal, a respetiva declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos, contendo todos os elementos necessários à verificação do cumprimento das disposições legais sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos - Lei n.º 64/93, de 26 de agosto e Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Além disso, os Membros do Conselho de Administração declaram, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Segundo a RCM n.º 49/2007, de 18 de março, os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada Membro do Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, as quais são sempre validadas por outro Membro do Conselho.

A CP tem um Código de Ética, desde 2007, o qual salvaguarda no seu capítulo X questões relacionadas com conflitos de interesse, devendo cada colaborador assegurar-se de que os seus comportamentos estão em conformidade com os princípios nele enunciados.



## IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

#### Modelo de Governo

De acordo com os seus Estatutos, a CP tem um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Conselho Consultivo, sendo ainda auditada por um Auditor Externo. O Conselho Consultivo aguarda nomeação de todos os elementos que o devem integrar.

#### Regras estatutárias

De acordo com os estatutos da CP, o mandato dos Membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável até ao máximo de três renovações. Embora designados por prazo certo, os Administradores mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia. Faltando definitivamente um administrador, o mesmo deve ser substituído, exercendo o novo membro funções até ao fim do período para o qual foram designados os membros em exercício.

O estatuto dos Membros do Conselho de Administração é definido pelo Estatuto do Gestor Público. Os Membros do Conselho de Administração auferem a remuneração que seja fixada nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Estatuto do Gestor Público.

#### Composição do Conselho de Administração

##### **MANDATO II • Conselho de Administração** em funções desde 21-02-2013

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade	Observações
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Presidente do C.A.	1	RCM nº6-A/2013 (DRE II série, nº 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação nº 285/2013 (DRE II série, nº 45) de 05-03-2013
21-02-2013 a 31-12-2015	Vice-Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Vice-Presidente do C.A.	2	
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal	Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	Vogal Executiva	1	
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal	Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	Vogal Executiva	1	

##### **MANDATO I • Conselho de Administração** em funções de 01-01-2013 a 21-02-2013

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade	Observações
17-06-2010 a 21-02-2013 <sup>(1)</sup>	Vice-Presidente	Alfredo Vicente Pereira	Vice-Presidente	1	RCM nº 23/2010 (DRE II série, nº 126) de 01-07-2010 com Declaração de Retificação nº 1511/2010 (DRE II série, nº 146) de 29-07-2010
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	Vogal	3	
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Vogal	1	
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	Vogal	1	

<sup>(1)</sup> Na sequência da renúncia do Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 31-12-2012, o Dr. Alfredo Vicente Pereira, na qualidade de Vice-Presidente, assumiu funções de Presidente em exercício.

## CURRICULA

### Conselho de Administração em funções a partir de 21.02.2013



#### Presidente do Conselho de Administração

##### Dados pessoais

Nome: Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Ano de Nascimento: 1954

##### Formação académica

1983-1985

Mestrado de Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), pelo Instituto Superior Técnico;

1978

Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

##### Atividade profissional

Desde 21.02.2013

Presidente do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E.;

Desde março de 2013

Presidente do Conselho de Administração da CP Carga-Logística e Transporte de Mercadorias, SA;

1980-2013

Assistente, Professor Auxiliar, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes;

2006-2013

Sócio-Gerente, da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos;

2002-2005

Administrador na Empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA;

1983-1985; 1985 a 1987; 1991 a 1995; 1999 a 2002

Deputado à Assembleia da República (CDS), tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da definição de opções a respeito de Plano Rodoviário Nacional; Rede Ferroviária; Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias; Metro do Porto; TGV; Solução final na questão da Coíncineração e Política de Resíduos Perigosos; Rede regional e local de Gás natural; Política nacional de produção de Energia;

1989-1993

Consultor; Projetista;

1978-1980

Subtenente da Armada.



### **Vice-Presidente do Conselho de Administração**

#### **Dados pessoais**

Nome: Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Ano de Nascimento: 1966

#### **Formação académica**

Doutoranda em Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG);

1995

Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, ISEG. Dissertação do Mestrado - "O Custo Social dos Acidentes e da Poluição Atmosférica nos Transportes Rodoviários e Ferroviários";

1999

Pós-Graduação em "Competitiveness of the European Railways", no European Training Centre for Railways (ETCR) – Brugge;

1999-2000

Pós-Graduação em - Altos Estudos de Transportes promovido pelo Instituto Superior de Transportes, ISTP; Estágio em Contas Económicas da Agricultura Regionais no INSEE e no SCEES (França);

1985-1990

Licenciada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, (ISEG).

#### **Atividade profissional**

Desde 21 de fevereiro 2013

Vice-presidente do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E.;

Desde março de 2013

Presidente da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA;

Desde abril de 2013

Presidente do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE;

Desde dezembro 2013

Vogal do Conselho de Administração da Nomad Tech, Lda;

Desde julho de 2010

Vogal do Conselho de Administração na OTLIS, ACE;

De junho de 2010 a fevereiro 2013

Vogal do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E. ;

De fevereiro 2005 a junho 2010

Diretora de Direção do Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente na CP;

2004/2005

Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;

2003/2004

Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional - do Professor Doutor António Carmona Rodrigues.

Até 2004, foram exercidos vários cargos de direção em institutos e empresas públicas de relevo no contexto nacional;

Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão na pós-graduação Leadership & Management, na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários artigos de opinião publicados no Caderno Mensal \_ Transporte Público-Mobilidade Inteligente, num jornal diário;

De novembro de 2001 a junho de 2003

Diretora do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, INTF,

De 1998 a 2001

Chefe de Serviço pela Área de Gestão, no Gabinete de Auditoria Interna, CP;

De 1992 a 1998

Auditora na empresa de Caminhos-de-Ferro Portugueses, CP, EP.





### Vogal

#### Dados pessoais

Nome: Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Ano de Nascimento: 1953

#### Formação académica

2008

Curso Avançado em Gestão Pública – CAGEP, no INA;

2007-2008

Curso de Alta Direção Administrativa Pública – CADAP, INA;

1981-1985

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (OGE), Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

#### Atividade profissional:

Desde 21.02.2013

Vogal do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E.;

Desde março de 2013

Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA;

Administradora da ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, SA;

Gerente da SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.;

Vogal do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo da FMNF – Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado;

Desde fevereiro 2011

Vice-presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, - IMTT, I.P.;

2007-2011

Vogal do Conselho Diretivo do IMTT, I.P.;

Desde junho de 2009

Vogal do Conselho Executivo, não executiva, por inerência, da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, I.P. – AMTL, I.P.;

2005-2007

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Vela 2007, S.A.;

De março de 2005 a julho de 2005

Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças;

2001-2005

Subdiretora Geral na Direção Geral do Tesouro;

2000-2001

Adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças



1991-2000

Inspetora de Finanças Superior na Inspeção Geral de Finanças

1988-1991

Inspetora Administrativa na Inspeção Geral da Administração do Território;

1986-2000

Docente no Instituto de Novas Profissões, nas Licenciaturas de Turismo e de Tecnologias de Gestão;

1985-1988

Técnica Superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento;

1974-1985

Funcionária administrativa na Direção Geral de Viação Nacional de Administração.





**Vogal**

**Dados pessoais**

Nome: Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Ano de Nascimento: 1946

**Formação académica**

1974

Licenciada pelo ISCEF - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.;

**Atividade profissional**

Desde 21.02.2013

Vogal do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, EPE;

Desde março de 2013

Vogal do Conselho de Administração da CP Carga-Logística e Transporte de Mercadorias, SA;

Administradora da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA;

2002-2013

Diretora do Departamento de Planeamento e Controlo de Atividade da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;

1999-2002

Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão Financeira;

1998-1999

Diretora Financeira do Projeto “Intourisme” / Comissão Europeia (DGXVI) e o Governo das Baleares;

1994-1997

Perita Nacional Destacada na Comissão Europeia na DG XVI;

1981-1986

Chefe de Divisão de Informação de Gestão da CP – Comboios de Portugal;

1977-1979

Técnica do Grupo de Estudos Para o Lançamento da Contabilidade Analítica na CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;

1971-1973

Técnica do serviço de Orçamento - CP – Comboios de Portugal.

## Conselho de Administração em funções de 01.01.2013 a 22.02.2013

### — Vice-Presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

De junho de 2010 a 21.02.2013: Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E..

Licenciado em Economia, em 1985, e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management Avancé (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa.

No seu percurso profissional, foi desde junho de 2005 a junho de 2010, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – Gestão da Infraestrutura Ferroviária.

Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto Diretor Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de Administrador Executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente Membro dos Conselhos de Gestão da VALORSUL e da GENERG.

Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999. Até ao fim do mandato era professor convidado no ISG.

### — Vogal: Prof. Dr. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Desde novembro de 2005 a 21.02.2013: Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Entre 2005 e 2006 foi Presidente do Conselho de Administração da Fergráfica e entre 2006 e 2008, Vogal do Conselho de Administração da mesma.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (1990) e Doutoramento em Engenharia de Sistemas pelo IST (2000).

No seu percurso profissional, exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, que acumulou com as funções de coordenador da Secção de Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas e de coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas.

Em paralelo à atividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas dos sectores ferroviário, industrial e de serviços.

Foi ainda Vice-Presidente do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Investigação Operacional.

— **Vogal:** Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Atualmente Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP (*vide ponto anterior*).

— **Vogal:** Dr.ª Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa

De junho de 2010 a 21.02.2013: Vogal do Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, E.P.E..

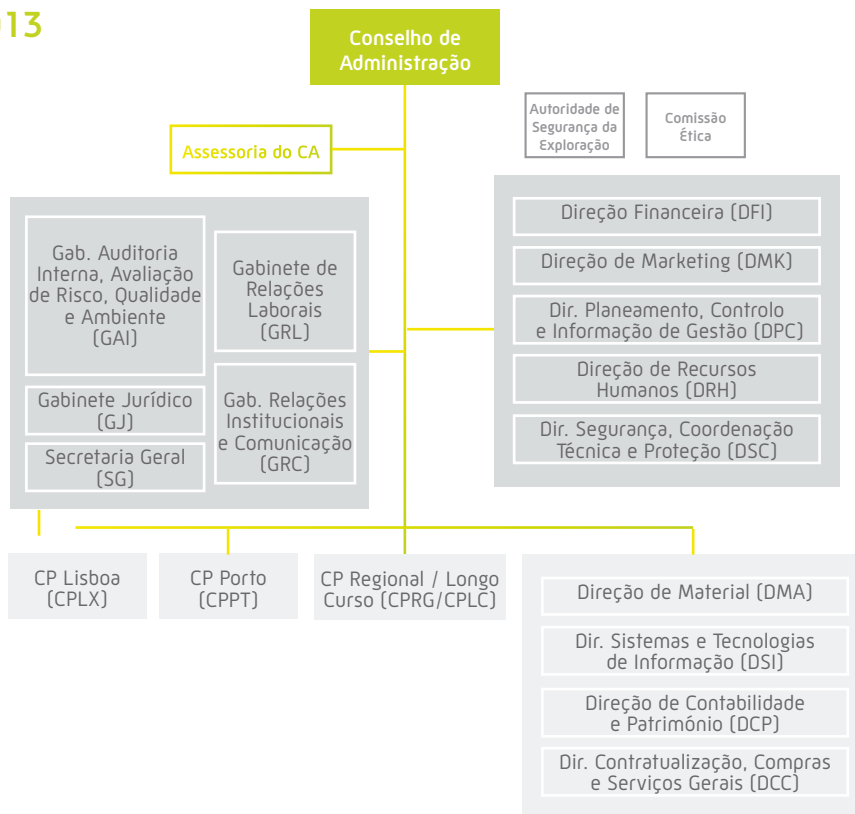
Licenciada em Sociologia, com especialidade em Organização, Trabalho e Gestão, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu funções centradas na gestão de recursos humanos, tendo assumido o cargo de Diretor Nacional de Recursos Humanos da Lear Corporation Portugal, e Diretor de Recursos Humanos da Johnson Controls II, Assentos de Espuma Lda., da Tenneco Automotive, Sistemas de Escapes, Lda. e da Rodoviária Nacional, E.P..

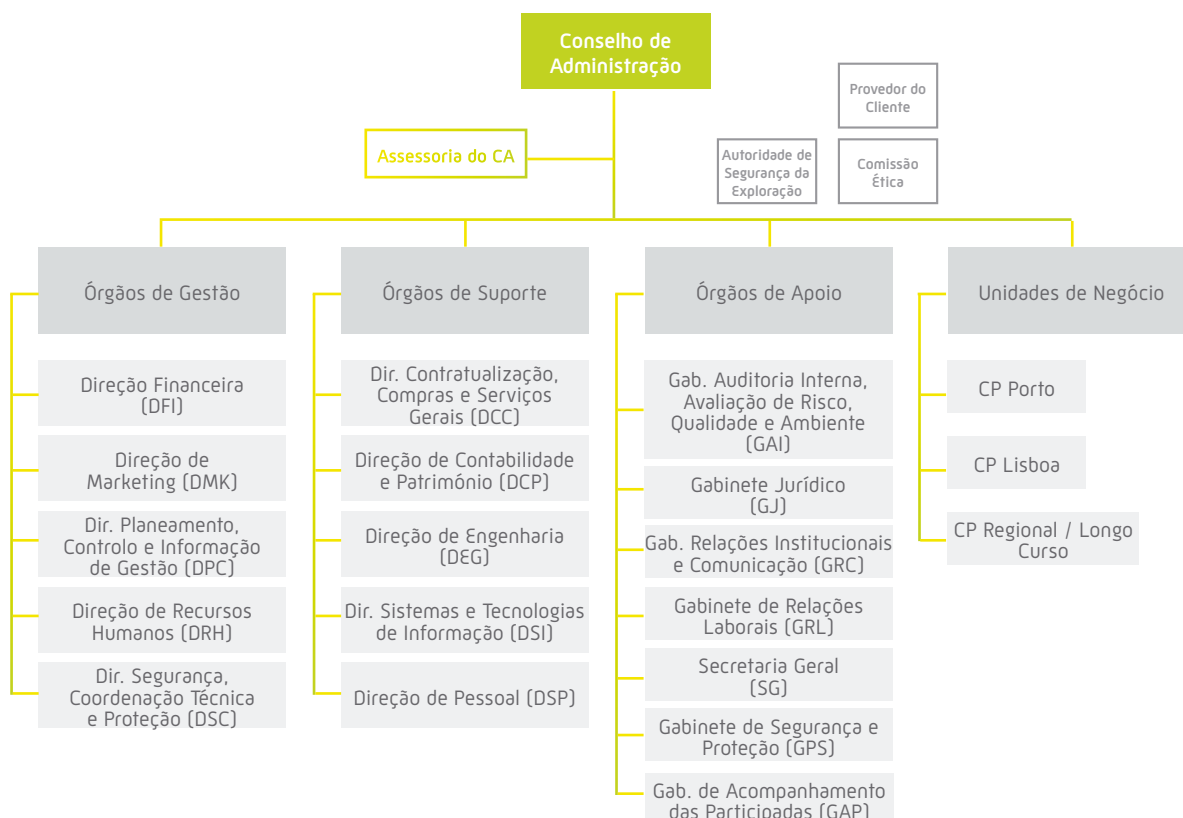


## ORGANOGRAMAS

Desde 08.03.2013



De 01.01.2013 a 08.03.2013



## Áreas de responsabilidade dos Membros do Conselho de Administração

### MANDATO II

<p><b>Presidente</b> Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CP Regional/ CP Longo Curso</li> <li>• Gabinete de Relações Laborais</li> <li>• Direção de Segurança. Coordenação Técnica e Proteção</li> <li>• Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação</li> <li>• Gabinete de Auditoria Interna. Avaliação de Risco. Qualidade e Ambiente</li> <li>• Gabinete Jurídico</li> <li>• Assessor do Conselho de Administração para as Relações Internacionais</li> <li>• Direção de Marketing</li> <li>• Secretária-geral</li> </ul>
<p><b>Vice-Presidente</b> Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CP Lisboa</li> <li>• CP Porto</li> <li>• Autoridade de Segurança da Exploração</li> <li>• Direção de Material</li> <li>• Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação</li> </ul>
<p><b>Vogal</b> Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção Financeira</li> <li>• Direção de Contratualização. Compras e Serviços Gerais</li> <li>• Direção de Contabilidade e Património</li> </ul>
<p><b>Vogal</b> Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção de Planeamento. Controlo e Informação de Gestão</li> <li>• Direção de Recursos Humanos</li> <li>• Assessoria do Conselho de Administração – Assessores Projetos Especiais</li> </ul>

### MANDATO I

<p><b>Vice-Presidente</b> Dr. Alfredo Vicente Pereira</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção de Planeamento. Controlo e Informação de Gestão</li> <li>• Direção Financeira</li> <li>• Direção de Contabilidade e Património</li> <li>• Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação</li> <li>• Gabinete de Auditoria Interna. Avaliação de Risco. Qualidade e Ambiente</li> <li>• Gabinete de Acompanhamento das Participadas</li> <li>• Assessor do Conselho de Administração para as Relações Internacionais</li> <li>• Assessor do Conselho de Administração para as Relações Públicas</li> <li>• Assessor do Conselho de Administração para a Consultoria de Seguros do Grupo CP</li> </ul>
<p><b>Vogal</b> Prof. Dr. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação</li> <li>• Gabinete de Proteção e Segurança</li> <li>• Direção de Segurança e Coordenação Técnica</li> <li>• Direção de Engenharia</li> <li>• CP Longo Curso/CP Regional</li> <li>• Autoridade de Segurança da Exploração</li> </ul>
<p><b>Vogal</b> Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção de Marketing</li> <li>• CP Lisboa</li> <li>• CP Porto</li> <li>• Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais</li> <li>• Provedor do Cliente</li> </ul>
<p><b>Vogal</b> Dr.ª Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete Jurídico</li> <li>• Gabinete de Relações Laborais</li> <li>• Secretária Geral</li> <li>• Direção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos</li> <li>• Direção de Serviços de Pessoal</li> <li>• Assessoria do Conselho de Administração – Assessores Projetos Especiais.</li> </ul>

## Funcionamento do Conselho de Administração

Durante o ano foi realizado o seguinte número de reuniões do Conselho de Administração:

### *Número de reuniões*

Mandato II	45
Mandato I	9
<b>Total</b>	<b>54</b>

Com a seguinte assiduidade:

### *Mandato II*

Cargo	Nome	Assiduidade
Presidente	Eng.º Manuel Queiró	91%
Vice-Presidente	Dr.ª Cristina Pinto Dias	91%
Vogal	Dr.ª Maria Isabel Vicente	89%
Vogal	Dr.ª Maria João Calado Lopes	91%

### *Mandato I*

Cargo	Nome	Assiduidade
Vice-Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira	100%
Administrador	Prof. Dr. Nuno Moreira	100%
Administrador	Dr.ª Cristina Pinto Dias	89%
Administrador	Dr.ª Maria Madalena de Sousa	100%

## Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas

### **\_ MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomãs Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente do C.A.	Pública
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente do C.A.	Pública
	TIP	Presidente do C.A.	Pública
	OTLIS	Vogal do C.A.	Pública
	Nomad Tech	Vogal do C.A.	Privada
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	EMEF	Vogal do C.A.	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	FMNF	Vogal do C.A.	Pública
	FMNF	Vogal do C.C.	Pública
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	CP Carga	Vogal do C.A.	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública

### **\_ MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Alfredo Vicente Pereira	EMEF	Presidente do C.A.	Pública

**Legenda:**

CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.  
 EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
 ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.  
 SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda  
 FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado  
 FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.  
 TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE  
 OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE  
 C.A. - Conselho de Administração  
 C.C. - Conselho Consultivo



## Comissão de Ética

O Código de Ética da CP incorpora um conjunto de valores e princípios que visam o comportamento ético dos profissionais que integram a organização.

O texto integral encontra-se disponível na intranet e no *website* oficial da Empresa.

Com a aprovação do Código de Ética foi criada a Comissão de Ética, na dependência direta do Presidente do Conselho de Administração, e que tem por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no Código, zelar pelo seu cumprimento e dar parecer sobre questões relacionadas com o seu cumprimento.

No decorrer do ano, a Comissão de Ética preocupou-se também com a progressiva integração da ética no modelo de governo da Empresa, seguindo o enquadramento da norma ISO 8000. Nesse sentido foi considerado incorporar a Ética no Programa Anual de Auditorias. A Comissão de Ética solicitou ao Gabinete de Auditoria Interna a elaboração de um diagnóstico sobre a ética na CP. As conclusões e recomendações desse trabalho foram analisadas e validadas, tendo os respetivos contextos sido considerados e perspectivada a sua implementação, em articulação com os órgãos operacionais da Empresa.

A Comissão de Ética continua também a zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, tendo proposto a inclusão de um módulo no Programa de Formação, no sentido de consolidar o conhecimento e boas práticas no âmbito desta matéria.



## FISCALIZAÇÃO

### Composição

#### **Conselho Fiscal** em funções desde 13.11.2013

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade (*)	Observações
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	<b>António José Farinha Simão</b>	Presidente	1	Nomeado por Despacho Conjunto (s/número) da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 13.11.2013, com efeitos à data da assinatura.
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	<b>Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro</b>	Vogal Efetivo	1	
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	<b>Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral</b>	Vogal Efetivo	1	
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Suplente	<b>Nelson Manuel Costa Santos</b>	Vogal Suplente	1	

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada <sup>1</sup>	Bruto Pago <sup>2</sup>
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	<b>António José Farinha Simão</b>	22.433,18 €	2.976,52 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	<b>Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro</b>	16.824,92 €	2.232,40 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	<b>Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral</b>	16.824,92 €	2.232,40 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Suplente	<b>Nelson Manuel Costa Santos</b>	0,00 €	0,00 €

<sup>(1)</sup> Valor Bruto Anual Fixado

<sup>(2)</sup> Antes de Redução Remuneratória

#### **Comissão de Fiscalização**

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade	Observações
01-01-2002 a 13-11-2013	Presidente	<b>Dr. Issuf Ahmad</b>	Presidente	2	Desp.Conj. 1125/201 e Desp.Conj. 73/2002
09-12-1993 a 13-11-2013	Vogal ROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por <b>Dr. José Luís Areal Alves da Cunha</b>	Vogal ROC	5	Desp.Conj. Diário Rep. II série nº286 de 9-12-1993 <sup>(*)</sup>

<sup>(\*)</sup> Após a nomeação do Conselho Fiscal o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha continuou a assegurar a função de ROC.

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada <sup>1</sup>	Bruto Pago <sup>2</sup>
01-01-2002 a 13-11-2013	Presidente	<b>Dr. Issuf Ahmad</b>	14.257,68 €	14.257,68 €
09-12-1993 a 13-11-2013	Vogal ROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por <b>Dr. José Luís Areal Alves da Cunha</b>	23.676,00 €	23.676,00 €

<sup>(1)</sup> Valor Bruto Anual Fixado

<sup>(2)</sup> Antes de Redução Remuneratória

## Regras estatutárias

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um presidente, todos designados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes.

O mandato dos Membros do Conselho Fiscal tem a duração de três anos, renovável nos termos da legislação aplicável.

Pelo menos um membro do Conselho Fiscal deve ter um curso superior, adequado ao exercício das respetivas funções, conhecimentos em auditoria e contabilidade e ser independente.

O Presidente do Conselho Fiscal dispõe de voto de qualidade.

De referir que, apesar de estatutariamente a CP dever ter Conselho Fiscal desde 2009, a Comissão de Fiscalização permaneceu em funções até à atual nomeação do Conselho Fiscal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do Art.º 15º do Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.



## CURRICULA DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

### Presidente

Nome: **António José Farinha Simão**

Data de nascimento: 18 de fevereiro de 1958

#### *Habilitações literárias*

Curso Complementar de Contabilidade e Administração

Licenciatura em Direito

#### *Atividade profissional*

Inspetor na Inspeção-Geral de Finanças

#### *Experiência profissional*

Das diversas atividades exercidas na IGF, destaca-se:

-Participação em diversos exames e auditorias de natureza jurídica, fiscal e financeira a empresas públicas e privadas no âmbito das competências da IGF;

-Elaboração de inúmeros estudos e pareceres de natureza fiscal, comercial e administrativa;

-Participação na elaboração de diversos projetos de diplomas legislativos;

-Participação em diversos grupos de trabalho interministeriais, como representante do Ministério das Finanças.

Presidente do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, SA, de agosto de 2012 a setembro de 2013;

Secretário-Geral do Ministério da Justiça, de julho de 2010 a novembro de 2011;

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital Nossa Senhora do Rosário, SA, do Barreiro, de 2002 a 2005;

Adjunto do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de março a julho de 2005;

Coordenador do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Ministério das Finanças, no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado;

Formador no CITEFORMA – Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

No ISCTE – Docente de 2003 a 2006 do curso de pós-graduação “Auditoria e Revisão de Contas” com o módulo “Obrigações Legais das Sociedades”;

Em Cabo Verde, para altos funcionários do Ministério das Finanças – formador em fiscalidade;

Na Guiné-Bissau – Formador no Ministério das Finanças;

Elaboração e implementação do Manual de Metodologias de Inspeção Fiscal em Cabo Verde;

## Vogal

Nome: **Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro**

Data de nascimento: 13 de abril de 1966

### **Habilitações literárias**

Licenciatura em Direito pela Fac. de Direito da Universidade de Lisboa, variante Ciências-Jurídicas, 1984-1989;

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito, 2012-2013.

### **Atividade profissional atual**

Desde dezembro de 2005, Diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, atualmente Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação, à qual compete, designadamente prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF, bem como a preparar a resposta ao Ministério Público no âmbito dos processos judiciais em que o Estado/DGTF é parte, preparar o Plano de Atividades e Relatório de Atividades da DGTF e assegurar a coordenação interna das ações relativas à atuação dos órgãos de controlo financeiro;

Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), no âmbito da Liquidação Judicial (Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) do BPP, SA que corre termos sob o n.º 519/10.5TYLSB, no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa;

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, SA.

### **Outras funções desempenhadas**

Vogal do Conselho Fiscal dos CTT- Correios de Portugal, SA, eleita para o mandato 2008-2010 e reeleita para o mandato 2012-2014 (cessou funções em novembro de 2013 no âmbito da privatização da empresa);

Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA, nos mandatos 2006-2008 e 2009-2011;

Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado - IGEP e Governança Corporativa nas Empresas do Estado”, fevereiro/março 2013;

Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado”, junho/julho 2008;

Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, 2009-2010;

Membro das Comissões de Vencimentos de diversas empresas públicas, designadamente da ANAM – Aeroportos da Madeira, S.A. da APS – Administração do Porto de Sines, S.A., EGREP, EPE e AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA;

Entre agosto de 1997 e novembro de 2005, enquanto jurista e com a categoria de técnica superior, exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico da Direção-Geral do Tesouro;

Formadora: i) de Processo Administrativo nos Cursos de Formação Profissional dos Advogados Estagiários, Centro de Estágio do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 1992 e 1993; ii) em diversas ações de formação em matérias de direito administrativo, comercial e em outras áreas específicas da Direção-Geral

do Tesouro e Finanças;

Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, o Estatuto Remuneratório das Empresas do Sector Empresarial do Estado, a Regulamentação da União Europeia sobre Concessões e a Ultimação da fase final de introdução do Euro;

Participação em júris de concursos de pessoal e aquisição de bens e serviços;

Representação do acionista Estado em Assembleias Gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, SA e da ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA;

Entre 1991 e julho de 1997, foi advogada e consultora jurídica de várias sociedades.

### ***Formação profissional mais relevante***

SNC – Sistema de Normalização Contabilística, DGTF, 2011;

O Código dos Contratos Públicos, Global Estratégias, 2011;

State Aid Procedures and Enforcement & the SANI System and Introductory Workshop on State Aid Principles, European Institute of Public Administration, Maastricht, 22-24 novembro 2010;

Programa de Parcerias Público-Privadas, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, 2008;

FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, Instituto Nacional de Administração, 2007;

Insolvência e Recuperação de Empresas, IAEC, 2006;

Reforma da Ação Executiva, IAEC, 2006;

Gerir por Objetivos e Avaliar o Desempenho Organizacional, Instituto Nacional de Administração, 2006;

Formalização, Gestão e Recuperação de Crédito, Instituto de Formação Bancária, 2003;

Código do Procedimento Administrativo, Instituto Nacional de Administração, 2001;

Gestão Orçamental nos Serviços Públicos, SFN, 2000;

Contencioso Administrativo, Instituto Nacional de Administração, 2000;

Feitura das Leis, Instituto Nacional de Administração, 1998.

## Vogal

Nome: **Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral**

### **Habilitações literárias:**

Pós-Graduação em Marketing Management (2005), Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão - Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais; Licenciatura em Gestão (2000), Universidade Lusitana; Academia SAP - Módulo FI (Financeiro) (2001); SAP Portugal; Implementação e parametrização do Módulo FI (200 horas).

### **Atividade profissional:**

Desde janeiro 2012 - Técnico Superior

Direção Geral do Tesouro e Finanças: Direção de Serviços de Participações do Estado - Divisão de Análise e Acompanhamento

Análise e acompanhamento económico-financeiro do Sector Empresarial do Estado (SEE); acompanhamento da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira ao nível do SEE, e representação da DGTF nas missões regulares de acompanhamento do programa; colaboração na elaboração do Relatório Anual do SEE; colaboração nos Boletins Trimestrais do SEE; elaboração dos relatórios sobre o Regime de Capitalização bancária; análise e colaboração na preparação de diplomas legais; acompanhamento da plataforma SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira); representante do Estado em diversas entidades. Sector de atividade: Administração Pública

Desde novembro 2010 - Técnico Superior

Direção Geral do Orçamento: Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas - Divisão de Serviços das Contas das Administrações Públicas

Análise das Finanças Públicas: acompanhamento das entidades públicas inseridas no perímetro das Administrações Públicas de acordo com as normas do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95); elaboração das estimativas das contas consolidadas das Administrações Públicas; participação na elaboração do Orçamento do Estado; colaboração na realização da Conta Geral do Estado; elaboração de resposta a questionários de organizações internacionais (UE, BCE, FMI, OCDE), participação no GTAP - Grupo de Trabalhos das Administrações Públicas (Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatísticas).

Sector de atividade: Administração Pública

Desde novembro 2008 - Técnico Superior Economista

Direção Geral do Tesouro e Finanças: Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias e Concessões

Análise e acompanhamento económico-financeiro do Sector Empresarial do Estado (SEE), Parcerias e Concessões; participação no Relatório Anual do SEE; colaboração no Relatório Anual das PPP; elaboração dos Boletins Trimestrais do SEE; análise e colaboração na preparação de diplomas legais; Análise de projetos; Acompanhamento da plataforma SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira).

Sector de atividade: Administração Pública

Desde julho 2007 - Diretor Adjunto

Who - Agência de Talentos Criativos, Lda.

Gestão de projetos; planeamento de Marketing; gestão comercial; análise financeira e recrutamento.

Sector de atividade: Indústrias Criativas

Desde março 2006 - Técnico estagiário

Direção Geral do Tesouro e Finanças: Departamento de Intervenção Financeira do Estado - Gabinete de Acompanhamento Financeiro e Divisão de Tesouraria e Contas do Estado

Análise económica e financeira de empresas detidas pelo Estado e suas participadas; análise de projetos; colaboração na preparação de diplomas legais. Gestão diária do Sistema de Cobranças do Estado.

Sector de atividade: Sector Público

Desde maio 2002 - Chefe de Serviços

Astrolimpa, S.A.

Criação e estruturação de Departamento de Controlo de Risco de Crédito; Responsável pelo Controlo de Crédito e pela Gestão de Clientes.

Sector de atividade: Serviços

Desde maio 2001 - SAP Associate Consultant

CSC Portugal - Computer Science Corporation, Lda.

Implementação e manutenção de sistemas SAP; formação de utilizadores finais.

Sector de atividade Consultoria: Tecnologias de Informação;

Desde janeiro 2001 - Analista de Risco de Crédito

OPTIMUS Telecomunicações S.A.

Análise de risco de crédito de Clientes particulares e PME; gestão de Clientes.

Sector de atividade: Telecomunicações.

### **Informação adicional**

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. no triénio 2012-2014 (cessou funções em setembro de 2013 no âmbito da privatização da empresa);

Presidente da Mesa, em representação da DGTF, de várias Assembleias de Participantes (FCR Portugal Ventures, FCR Portugal Ventures 2, FCR Portugal Ventures Valor, FCR Portugal Ventures Valor 2);

Representante do Estado em Assembleias Gerais (LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A., GESTINSUA, S.A., IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A., APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., Portugal Capital Ventures, S.A., FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, FCR Portugal Ventures, FCR Portugal Ventures 2, FCR Portugal Ventures Valor, FCR Portugal Ventures Valor 2, ECS - Fundo de Capital de Risco, S.A.);

Inscrito na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.



## CURRICULA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

### Presidente

Nome: **Issuf Ahmad**

Data de nascimento: 01 de maio de 1953

Natural de Moçambique

Residência: Av. D. João II, Lote 1.13.03 – 3.º H, 1990-079 Lisboa

#### **Habilitações literárias**

Licenciado em Economia, em 1980, pela Faculdade de Economia do Porto (Portugal)

#### **Cargos exercidos**

Ingresso no quadro do serviço de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, em 1 de junho de 1982, como inspetor de finanças estagiário;

Assessor do Secretário de Estado do Tesouro, no período de setembro de 1986 a março de 1987;

Consultor e consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas de 1987 a 1991;

Subdiretor-geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de maio de 1991 a janeiro de 1993;

Diretor-geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de fevereiro de 1993 a maio de 1996;

Diretor-Geral do Património do Estado de maio de 1996 a novembro de 2001;

Membro do Conselho Diretivo da FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santos Silva, de maio de 1996 a novembro de 2001;

Inspetor de Finanças Superior Principal, de dezembro de 2001 a junho de 2003.

Assessor do Diretor Geral dos Impostos, de julho 2003 a maio 2004;

Inspetor de Finanças Superior Principal, de junho 2004 a dezembro de 2004;

Assessoria ao IPAD na gestão de projetos de cooperação e concepção de procedimentos de controlo interno, de janeiro de 2005 a dezembro de 2007.

#### **Outras atividades profissionais**

Consultor externo do Tribunal de Contas, em 2006 e 2007;

Presidente da Comissão de Fiscalização da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde janeiro de 2002;

Revisor Oficial de Contas, desde 1991;

Auditor do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;

Presidente do Conselho Fiscal da ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA, de 1994 a 1996;

Conselheiro do CES – Conselho Económico e Social, para o Sector Empresarial do Estado, de 1991 a 1996;

Presidente da Comissão de Reestruturação do Sector da Construção e Reparação Naval, em 1993;

Acompanhamento, conjuntamente com os Ministros das Finanças e das Obras Públicas e Transportes, do Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Sector Ferroviário em Portugal, em 1993;

Árbitro do Governo para os processos de indemnização em consequência da nacionalização do sector de transportes terrestres, em 1993;

Representante do Estado na Parque Expo.98, SA, desde a sua constituição, em 1993, até novembro de 1995;

Vice-Presidente da Comissão do Livro Branco para o Sector Empresarial do Estado, em 1996;

Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Travessia Ferroviária do Eixo Norte-Sul (travessia sobre a Ponte 25 de Abril) de 1992 a 1997;

Presidente da Assembleia Geral da Parpública, SGPS, SA desde a sua constituição, em 1993, até junho 2004;

Participação na comissão de renegociação da dívida de Moçambique a Portugal, em 1988;

Participação na cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde, nas áreas de finanças públicas, empresas públicas e património estatal;

Analista financeiro no Gabinete de Estudos Económicos do BPA, no Porto, em 1981 e 1982;

Consultor financeiro de empresas, de 1980 a 1995;

Realização do programa de visita oficial aos Estados Unidos da América, em 1994, a convite do Governo Federal Americano, através da respetiva Embaixada em Lisboa.

## Vogal (ROC)

Nome: **Dr. José Luís Areal Alves da Cunha**

Licenciado em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa e Mestre em Gestão pela mesma Universidade, em 1986.

Iniciou a sua atividade profissional na Inspeção Geral de Finanças (IGF), em março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas (n.º 585 da respetiva lista), atividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, atualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

A sua atividade como Revisor Oficial de Contas é atualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de fiscal único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É Professor Auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo atualmente responsável pela disciplina de "Auditoria" da Licenciatura em Gestão e de diversos mestrados. É também o responsável pela disciplina de "*Financial Accounting*" no MBA do ISEG, lecionando ainda matérias conexas em diversos cursos de pós-graduação deste Instituto.

## Funcionamento dos Órgãos de Fiscalização

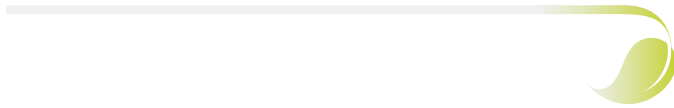
O Conselho Fiscal realizou 2 reuniões, com 100% de presença de todos os membros. A Comissão de Fiscalização realizou 13 reuniões, com 100% de presença de todos os membros.

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas é designado, sob proposta do Conselho Fiscal, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

O mandato do Revisor Oficial de Contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas tem a duração de três anos e é renovável nos termos da legislação aplicável.

Após a nomeação do Conselho Fiscal, o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, continuou a assegurar a função de ROC (*vide* Comissão de Fiscalização)



## AUDITOR EXTERNO

### Identificação

A CP é auditada pelo Auditor Externo Crowe Horwath™.

Nome	Horwath & Associados, SROC, Lda.
Morada	Edifício Scala, Rua do Vilar, 235 – 2º, 4050-626 Porto
Sócio:	Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa
CMVM n.º:	9171
Anos como Auditor externo:	3 anos (2011/2012/2013)

### Política e periodicidade da rotação do Auditor

Os *Partners* da Crowe Horwath estão sujeitos a regras de rotação nos clientes de auditoria, de acordo com a legislação aplicável e as regras de independência, o que limita o número de anos que um *Partner* pode ser responsável pela auditoria de um cliente. As regras de rotação estão de acordo com as políticas do Código de Ética do ESBA. No caso de Entidades de Interesse Público o *Partner* responsável pela auditoria e o *Engagement Quality Control Reviewer* exercem as suas funções por um período máximo de sete anos de acordo com o N.º 2 do Art.º 54º do Estatuto da OROC.

### Outros serviços ao Grupo CP

Na Crowe Horwath encontram-se instituídas políticas internas para a aceitação de clientes e de trabalhos, abrangendo um conjunto de verificações prévias, que condicionam a efetiva prestação de serviços ou aceitação de clientes. É efetuada a avaliação do risco profissional associado à prestação de serviços de auditoria, quer para clientes novos quer para clientes recorrentes. Esta avaliação resulta de uma combinação entre a avaliação do risco associado, ao cliente e ao serviço a prestar e será a base de decisão para aceitação ou retenção do cliente e do serviço. É objetivo da Sociedade apenas aceitar e reter clientes ou serviços cujo nível de risco profissional associado seja aceitável.

Assim, todos os trabalhos adjudicados devem ser avaliados face aos seguintes critérios estabelecidos pela Sociedade para determinar se deve ser feita uma Revisão do Controlo de Qualidade do Trabalho:

- Tratar-se de uma entidade de interesse público;
- Tratar-se de uma auditoria às demonstrações financeiras de entidades admitidas à cotação;
- Trabalhos com risco acima do normal ou muito acima do normal;
- Sempre que o sócio responsável entender conveniente.

No caso de um novo cliente, esta avaliação deve ser feita antes do trabalho ser aceite e, no caso de um cliente recorrente, durante a fase de planeamento do trabalho.

Os procedimentos de revisão são adaptados ao tipo de documento sujeito a revisão de qualidade. De uma forma genérica, o revisor verifica a conformidade do relatório, em termos de forma e conteúdo, com as normas da Sociedade e princípios de auditoria geralmente aceites; a coerência do relatório com o resumo das conclusões e mapa de ajustamentos, a conformidade das demonstrações financeiras com os princípios contabilísticos, geralmente aceites, entre outros.

Para o Grupo CP, a Crowe Horwath, desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Auditoria às contas individuais da CP;
- Auditoria às contas consolidadas do Grupo CP;
- Auditoria e revisão das contas das empresas EMEF, CP Carga, Fernave e Ecosaúde;
- Auditoria às contas da Saros;
- Avaliação da empresa ECOSAÚDE.

## Remunerações

Remunerações pagas à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)	Valor <sup>(*)</sup>	%
Valor dos serviços de revisão de contas <sup>(1)</sup>	12.650,00 €	19 %
Valor dos serviços de consultadoria fiscal	0,00 €	0 %
Valor de outros serviços que não revisão de contas <sup>(2)</sup>	52.743,33 €	81 %
<b>Total pago pela empresa à SROC</b>	<b>65.393,33 €</b>	<b>100 %</b>

Por entidades que integrem o Grupo (inclui contas individuais e consolidadas)	Valor <sup>(*)</sup>	%
Valor dos serviços de revisão de contas <sup>(3)</sup>	5.395,00 €	100 %
Valor dos serviços de consultadoria fiscal	0,00 €	0 %
Valor de outros serviços que não revisão de contas <sup>(2)</sup>	0,00 €	0 %
<b>Total pago pelas entidades do grupo à SROC</b>	<b>5.395,00 €</b>	<b>100 %</b>

<sup>(\*)</sup> Valores sem IVA.

<sup>(1)</sup> Valores referentes à revisão de contas de empresas do Grupo, pagos pela CP e refaturados às respetivas empresas.

<sup>(2)</sup> Apenas 24.100€ respeitam a auditoria às contas individuais e consolidadas da CP. O restante valor foi refaturado pela CP a empresas do Grupo, por respeitar a auditoria das mesmas.

<sup>(3)</sup> Certificação legal de Contas da EMEF.

## V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos da CP-Comboios de Portugal, E.P.E. foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho e alterados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março. Não houve alteração dos estatutos durante o ano de 2013. A sua alteração é realizada através de decreto-lei, de acordo com o Artigo 36.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro.

### PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A CP publica, no seu *site*, o “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas inclui a definição dos níveis de risco e identifica as medidas a adotar, assim como o processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

### CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A CP dispõe, como referido no ponto anterior, de um “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” e tem vindo a atualizar o seu Sistema de Gestão de Risco.

Em 2007 realizou-se um inquérito à Gestão de Risco Empresarial utilizando a metodologia de Auto Avaliação da Gestão de Risco. Este trabalho permitiu identificar os principais riscos enfrentados. A metodologia foi posteriormente desenvolvida com o projeto de Desenvolvimento Metodológico, em 2010. Tratou-se da progressão natural do inquérito ao risco, para nova etapa de amadurecimento, na medida em que visou complementar a identificação com a quantificação e avaliação dos riscos e de otimização dos controlos inerentes aos processos de gestão.

Em 2011 foi adotada uma nova matriz de risco, enquadrada no Sistema de Gestão de Segurança (SGS). Em 2012 foi dada continuidade e foram obtidos os primeiros resultados positivos de avaliação externa da aplicação do Método Comum de Segurança (identificação, avaliação e mitigação dos riscos respetivos), nomeadamente na preparação sistemática para a gestão do risco no âmbito de alterações técnicas efetuadas no material circulante, com impacto na segurança da circulação.

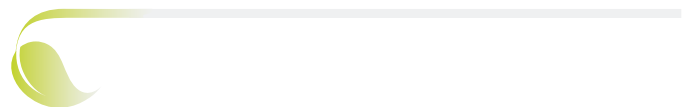
Foi finalizada com sucesso, em 2012, a elaboração de um Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção, no âmbito da participação no Projeto Gestão Transparente com várias empresas e entidades nacionais, numa iniciativa de prevenção da corrupção e promoção da transparência e integridade. Em 2013, a CP participou ativamente no aperfeiçoamento do Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção, no âmbito da participação no Projeto Gestão Transparente, com vista à adesão em termos de princípios por parte de novas empresas e entidades nacionais, e à promoção junto de entidades internacionais, expandindo significativamente o alcance desta iniciativa.

A síntese dos riscos-chave identificados é a seguinte:

- Riscos de segurança operacional (*safety*), concretamente riscos de acidente ou incidente, com a consequente perda de ativos e pagamento de indemnizações;
- Riscos de segurança de pessoas e bens (*security*);
- Riscos financeiros, relacionados com os custos de financiamento devido à variação do *rating* do Estado português e com as dificuldades de financiamento devidas às restrições de crédito por parte do sistema bancário;
- Riscos de fiabilidade do serviço, decorrentes de obsolescência do material circulante e de impactos significativos do interface roda-carril, com o consequente custo de manutenção e conservação, e nomeadamente com impactos ao nível da pontualidade, disponibilidade, conforto, segurança e satisfação do cliente;
- Riscos de reafecção de recursos, decorrentes do ajuste na atividade e remunerações, na sequência dos compromissos assumidos junto das instâncias internacionais, com impacto na oferta do serviço e conflitualidade laboral;
- Riscos do modelo tarifário, constituindo impactos nos resultados da Empresa e no comportamento dos clientes;
- Risco de não contratualização do Serviço Público, com impacto direto no nível de indemnizações compensatórias recebidas;
- Risco de mercado, influenciado por fatores internos e externos, nomeadamente, a rigidez da procura, o nível de atividade económica, a melhoria constante das vias rodoviárias, facilitando o acesso do transporte individual às zonas urbanas, as obrigações de manutenção do serviço Regional em linhas de reduzidíssima ocupação e a localização desfavorável de algumas estações;
- Riscos de disponibilidade e aplicação de fundos comunitários (EU) e eficácia da sua utilização, decorrentes da sua necessidade de adequação e de uma menor capacidade de investimento;
- Risco regulatório, associado ao desempenho das entidades reguladoras e à legislação emergente e em vigor, nomeadamente com consequências legais resultantes do seu incumprimento.
- Risco de contratualização de serviços, com impacto a curto, médio e longo prazo e relativo à manutenção e/ou eficácia do cumprimento de obrigações contratuais por parte de fornecedores relevantes.

Foram realizadas auditorias aos Sistemas de Gestão de Segurança da CP e da CP Carga, SA, visando a consolidação de ambos os sistemas e dando início a um processo de melhoria e simplificação, com vista a uma melhor integração com outros sistemas de gestão da Empresa.

Na CP o órgão responsável pela auditoria interna e pela implementação do Sistema de Gestão de Risco foi o Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, que depende diretamente do Conselho de Administração (*vide organograma*).



## REGULAMENTAÇÃO

Dos normativos legais, convencionais e internos que norteiam a atividade da CP salientam-se os seguintes:

### Convenções coletivas

- Acordos de Empresa;
- Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tração e de Licenciados e Bacharéis).

### Regulamentos internos

- Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas;
- Regulamento de Compras;
- Manual de Qualidade e Ambiente;
- Regulamento de Tratamento de Resíduos, de Políticas e Normas de Segurança corporizados na Certificação do Sistema de Gestão de Segurança;
- Código de Ética (*vide* ponto anterior- Órgãos Sociais e Comissões- Comissão de Ética).

### Regulamentação externa

- Regulamentação técnica de segurança da circulação;
- Diretório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., na qualidade de gestor da infraestrutura, respeitando o Regulamento n.º 630/2011 do IMTT e demais legislação aplicável.

Através do Diretório da Rede são definidas as condições de acesso à infraestrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e, ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infraestrutura.

**Nota:** Não existe um contrato que regule a relação entre a REFER e a CP, na base do respeito do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização das ineficiências da infraestrutura.



## Resumo da legislação / regulamentação nacional e comunitária relevante

Normas	Assunto
Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março	Estatutos da CP
Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro	Regime Jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes
Decreto-Lei n.º 394/2007, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2009, de 18 de maio	Investigação de acidentes ferroviários
Decreto-Lei n.º 104/1997, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho	Criação da REFER
Decreto-Lei n.º 395/2007, de 31 de dezembro	Criação do GISAF (entidade a quem compete a investigação de acidentes ferroviários)
Decreto-Lei n.º 147/2007, de 24 de julho	Criação do IMTT
Decreto-Lei n.º 39780, de 21 de agosto de 1954	Regulamento de Exploração e Polícia do Caminho-de-ferro
Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007, que deu nova redação ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro	Consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem aos clientes o livro de reclamações
Lei n.º 28/2006, de 4 de junho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 14/2009, de 14 de janeiro (n.º 2 do art.º 5.º) e da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro (art.º 7.º, 8.º, 10.º e 11.º e revogado o art.º 9.º)	Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros (passageiros sem título ou com título inválido).
Decreto-Lei n.º 8/1993, de 11 de janeiro Portaria n.º 50/94, de 19 janeiro - Fixação de preços dos títulos combinados Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de março	Preços e Condições do contrato de transporte ferroviário
Portaria n.º 241-A/2013, de 31 de julho, que entrou em vigor dia 2 de agosto de 2013	Sistema de passes intermodais da Área Metropolitana de Lisboa e sua compensação
Decreto-Lei 231/2007, de 14 de junho, que altera e republica o Decreto-Lei 270/2003, de 28 de outubro, com alterações introduzidas pelo DL 20/2010, de 24.3 e DL 27/2011, de 17.2	Condições de prestação dos serviços de transporte e de gestão da infraestrutura ferroviária
Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de maio - estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional, revoga o capítulo IV do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de fevereiro Regulamento n.º 630/2011 do IMTT, de 12 de dezembro, aplicável aos Diretórios a partir de 2012	Taxa de Utilização da Infraestrutura

Normas	Assunto
<p>Decreto-Lei n.º 568/99, 23 de janeiro – Aprova o Regulamento de Passagens de Nível, alterado pelo DL 24/2005, de 26 de janeiro</p> <p>Regulamento n.º 18/2000 do INTF- Autorização de circulação de material circulante em exploração</p> <p>Decreto-Lei n.º 75/2003, 16 abril – Aprova o regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.</p> <p>Portaria n.º 168/2004, 18 de fevereiro – Aprova o modelo relativo ao seguro obrigatório e o modelo relativo à licença de prestação de serviço de transporte nacional ferroviário e define o modelo de licença de prestação de serviço de transporte ferroviário internacional</p> <p>Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março -Procede à liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros na infraestrutura ferroviária nacional e define as respetivas regras de acesso, transpondo a Diretiva 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007</p> <p>Regulamento n.º 443/2010, de 17 de maio - procedimentos de emissão de certificado de segurança a obter pelo operador</p> <p>Lei n.º 16/2011, de 3 de Maio, sobre certificação de maquinistas</p>	<p>Operação</p>
<p>Despacho Conjunto n.º 261/99, 5.3.1999 – Estabelecimento da concessão CP, com a alteração resultante do Despacho n.º 20408/2009, publicado na 2ª série do D.R, de 10.9.2009 (as instalações nele mencionadas que estavam afetadas à Fergráfica e constavam desta listagem por força deste despacho transitaram para a REFER).</p> <p>Decreto-Lei n.º 276/2003, 4 de novembro – Domínio Público Ferroviário</p> <p>Lei 18/2008, de 18 de janeiro – Código dos Contratos Públicos (entra em vigor em 30.7.08)</p> <p>Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto (indenizações compensatórias)</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de dezembro que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- manda a REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE, para identificar as linhas ou troços suscetíveis de desclassificação, nos termos da Lei de Bases dos Sistemas de Transportes Terrestres;</li> <li>- antecipa o processo de concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, incumbindo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. da elaboração dos estudos tendentes ao lançamento dos procedimentos concursais.</li> </ul> <p>Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro - Aprova o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (revoga o D.L n.º 558/99, 17 de dezembro – alterado e republicado pelo D.L n.º 300/2007, de 23 de agosto e as Resoluções do CM n.ºs 49/2007 e 70/2008)</p>	<p>Outros diplomas</p>

Normas	Assunto
<p>Regulamento (CE) n.º 653/2007, de 13 de junho, relativo à utilização de um modelo europeu comum de certificado de segurança e respetivo requerimento, e ainda à validade dos certificados de segurança emitidos ao abrigo da Diretiva 2001/14/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de fevereiro. Entrou em vigor no dia 15.6.2007</p>	<p>Legislação comunitária diversa, diretamente aplicável</p>
<p>Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor dia 3.12.2009</p>	
<p>Decisão da Comissão n.º 2007/756/CE, de 9 de novembro, sobre especificações comuns do registo nacional de material circulante previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º da Diretiva 96/48/CE e da Diretiva 2001/16/CE.</p>	
<p>Regulamento (CE) n.º 352/2009 da Comissão, de 24 de abril de 2009, relativo à adoção de um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos, conforme referido no n.º 3, alínea a), do artigo 6.º da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, aplicável a partir de 19 de julho de 2010 a todas as alterações técnicas significativas em veículos e a todas as alterações que digam respeito a subsistemas estruturais, quando exigido pelo n.º 1 do artigo 15. O da Diretiva 2008/57/CE ou por uma ETI.</p>	
<p>Decisão n.º 2010/17/CE da Comissão, de 29 de outubro de 2009, relativa à adoção dos parâmetros básicos para os registos das cartas de maquinista e dos certificados complementares previstos na Diretiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.</p>	
<p>Regulamento (UE) n.º 36/2010 da Comissão de 3 de dezembro de 2009, relativo aos modelos comunitários de carta de maquinista, certificado complementar, cópia autenticada do certificado complementar e formulário de pedido da carta de maquinista.</p>	

## SÍTIOS DE INTERNET

O *website* oficial da CP tem o seguinte endereço: [www.cp.pt](http://www.cp.pt), podendo, na parte institucional, ser consultada toda a seguinte informação:

Informação no Site da CP	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Sede e demais elementos mencionados no art.º 171º do CSC	X			
Estatutos atualizados (PDF)	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Relatório &amp; Contas</b>	X			
<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	X			
<b>Relatório de Governo Societário</b>	X			
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	X			
<b>Regulamentos e Transações:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	X			

## VI. REMUNERAÇÕES

### COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

As remunerações dos Órgãos Sociais são definidas por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia.

### ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Considerando a Resolução de Conselho de Ministros nº 16/2012, publicado no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, que procedeu à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, com as alterações ao Estatuto do Gestor Público, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro e a Resolução de Conselho de Ministros nº 36/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 26 de Março, que atribuiu à CP a classificação A, foi aplicado o seguinte aos membros dos Órgãos Sociais em funções durante o exercício de 2013:

#### Conselho de Administração – remunerações globais mensais ilíquidas:

- Presidente: valor mensal ilíquido de 5.722,75€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2.289,10€, pago 12 vezes por ano;
- Vice-Presidente: valor mensal ilíquido de 5.150,48€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2.060,19€, pago 12 vezes por ano;
- Vogais Executivos: valor mensal ilíquido de 4.578,20€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28€, pago 12 vezes por ano;

A estes valores ilíquidos foram aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Nos termos do disposto no nº 21 da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro e do nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme o disposto no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Aplica-se ainda o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, que não permite a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, e o reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como de representação pessoal.

Os membros do Conselho de Administração tiveram ainda direito de acesso às seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) Valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço, correspondente a 1/4 do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

### Conselho Fiscal - Remunerações mensais ilíquidas:

- Presidente: valor mensal ilíquido de 1.602,37€, pago 14 vezes por ano;
- Vogais: valor mensal ilíquido de 1.201,78€, pago 14 vezes por ano.

A estes valores foi aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

### Comissão de Fiscalização - Remunerações mensais ilíquidas:

- Presidente: remuneração de 1.188,14€, 12 vezes por ano;
- Vogal ROC: remuneração de 1.903,95€, 12 vezes por ano.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (conforme alínea a) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º).

## DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

### Conselho de Administração

#### **MANDATO II • Conselho de Administração**

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM nº6-A/2013 (DRE II série, nº 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação nº 285/2013 (DRE II série, nº 45) de 05-03-2013	
21-02-2013 a 31-12-2015	Vice-Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente		
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		

#### **MANDATO I • Conselho de Administração**

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
17-06-2010 a 21-02-2013 <sup>(1)</sup>	Vice-Presidente	Alfredo Vicente Pereira	RCM nº23/2010 (DRE II série, nº 126) de 01-07-2010 com Declaração de Retificação nº 1511/2010 (DRE II série, nº 146) de 29-07-2010	
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira		
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		
17-06-2010 a 21-02-2013	Vogal	Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa		

<sup>(1)</sup> Na sequência da renúncia do Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 31-12-2012, o Dr. Alfredo Vicente Pereira, na qualidade de Vice-Presidente assumiu funções de Presidente em exercício.

**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Entidade	Pagadora
	S/N	A,B,C	Valor Mensal (€)		Identifica/N.A.	O/D
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	5.722,75 €	2.289,10 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	5.150,48 €	2.060,19 €	N.A.	N.A.
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Entidade	Pagadora
	S/N	A,B,C	Valor Mensal (€)		Identifica/N.A.	O/D
Alfredo Vicente Pereira	S	A	5.150,48 €	2.060,19 €	N.A.	N.A.
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €	N.A.	N.A.

**Legenda:**

EGP - Estatuto do Gestor Público

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem/destino



**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Remuneração Anual (€)							
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Red. Anos Anteriores*	Redução (Lei OE)	Redução RCM 36/2012, nº3	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró		93.757,71 €		4.687,89 €		8.742,25 €	6.946,48 €	73.381,09 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		84.095,91 €		4.204,80 €		7.989,19 €	4.415,19 €	67.486,73 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente		75.006,22 €		3.750,31 €		6.922,47 €	908,61 €	63.424,63 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		74.788,21 €		3.739,41 €		7.104,88 €	972,94 €	62.970,98 €

Notas: Redução Anos Anteriores refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

(\*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

(\*\*) Remuneração+despesas de representação

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Remuneração Anual (€)							
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Red. Anos Anteriores*	Redução (Lei OE)	Redução RCM 36/2012, nº3	Bruta Após Reduções
Alfredo Vicente Pereira		13.047,89 €		652,39 €		1.118,50 €	713,46 €	10.563,54 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira		11.598,11 €		579,91 €		955,44 €	149,48 €	9.913,28 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		11.350,12 €		567,51 €		1.078,26 €	68,05 €	9.636,30 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa		11.598,11 €		579,91 €		955,44 €	149,48 €	9.913,28 €

Notas: Redução Anos Anteriores refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

(\*) Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

(\*\*) Remuneração+despesas de representação

**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Subsídio Refeição (€)	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde (€)	Seguro de Vida (€)	Seguro de Acidentes Pessoais (€)	Outros	
		Identificação	Valor (€)				Identificação	Valor (€)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1.279,40 €	Segurança Social	14.706,43 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1.375,44 €	Segurança Social	15.827,06 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	1.430,32 €	CGA	12.048,87 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	1.437,18 €	Segurança Social	14.950,85 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Subsídio Refeição (€)	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde (€)	Seguro de Vida (€)	Seguro de Acidentes Pessoais (€)	Outros	
		Identificação	Valor (€)				Identificação	Valor (€)
Alfredo Vicente Pereira	246,96 €	Segurança Social	2.409,71 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	246,96 €	CGA	1.910,36 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	226,38 €	Segurança Social	1.823,64 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	246,96 €	Segurança Social	2.348,94 €	259,16 €	0,00 €	13,39 €	N.A.	0,00 €

**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Acumulação de Funções- Valores Anuais					
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	TIP	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	OTLIS	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	Nomad Tech	Vogal do C.A.	Privada	0,00 €	N.A.	N.A.
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	EMEF	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	ECOSAÚDE	Administrador	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	SAROS	Gerente	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FMNF	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FMNF	Vogal do C.C.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	CP Carga	Vogal do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.
	FERNAVE	Administrador Único	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Acumulação de Funções- Valores Anuais					
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta Após Reduções
Alfredo Vicente Pereira	EMEF	Presidente do C.A.	Pública	0,00 €	N.A.	N.A.

**Legenda:**

- CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.
- EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
- ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.
- SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda
- FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado
- FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.
- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE
- C.A. - Conselho de Administração
- C.C. - Conselho Consultivo

**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Obs
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	75,82 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	560,00 €	
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	80,00 €	149,31 €	
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	62,79 €	

Nota: Os gastos com comunicações móveis referem-se a valores de facturação recebidos em 2013, que reportam apenas ao período de março a setembro.

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Obs
Alfredo Vicente Pereira	80,00 €	57,60 €	
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	80,00 €	53,44 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	97,77 €	
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	80,00 €	54,84 €	

**\_MANDATOS I e II • Conselho de Administração**

Encargos com viaturas								
Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
S	S	49.745,80 €	Renting	2010	2014	48	994,23 €	11.930,76 €
S	S	57.575,98 €	Renting	2008	2015	84	720,94 €	8.651,28 €
S	S	59.418,04 €	Renting	2008	2015	84	713,03 €	8.556,36 €
S	S	57.575,98 €	Renting	2008	2015	84	685,91 €	8.230,92 €

(1) Aquisição: ALD; Leasing ou outra

**\_MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Gastos anuais associados a viaturas		
	Plafond mensal definido	Combustível	Portagens+ Seguro + Outras Reparações
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1/4 despesas representação	2.510,24 €	312,65 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1/4 despesas representação	1.139,99 €	722,89 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	1/4 despesas representação	1.867,95 €	821,94 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	1/4 despesas representação	1.087,61 €	806,37 €

**\_MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Gastos anuais associados a viaturas		
	Plafond mensal definido	Combustível	Portagens+ Seguro + Outras Reparações
Alfredo Vicente Pereira	1/4 despesas representação	219,04 €	876,13 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	1/4 despesas representação	665,44 €	288,66 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	1/4 despesas representação	135,72 €	132,01 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	1/4 despesas representação	573,44 €	303,11 €

**MANDATO II • Conselho de Administração**

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outros		
				Identificação	Valor	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1.862,37 €	918,25 €	935,61 €	Táxi	44,00 €	3.716,23 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	335,84 €	461,88 €	467,81 €	N.A.	0,00 €	1.265,53 €
Maria Isabel de Jesus da S. Marques Vicente	601,86 €	247,51 €	187,12 €	N.A.	0,00 €	1.036,49 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €

**MANDATO I • Conselho de Administração**

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outros		
				Identificação	Valor	
Alfredo Vicente Pereira	1.375 €	304,42 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	1.679,07 €
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €
Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €

## Fiscalização

### **Conselho Fiscal** em funções desde 13.11.2013

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado [Mensal]
			Doc	Data	
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto sem número do SET e SEITC	13-11-2013	1.602,37 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Suplente	Nelson Manuel Costa Santos			N.A.

<sup>(1)</sup> Nota: Após a nomeação do Conselho Fiscal o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha continuou a assegurar a função de ROC.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução Lei OÉ	Bruta Após Reduções
António José Farinha Simão	2.976,52 €	65,42 €	2.911,10 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	2.232,40 €	0,00 €	2.232,40 €
Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral	2.232,40 €	0,00 €	2.232,40 €
Nelson Manuel Costa Santos	0,00 €	0,00 €	0,00 €

### **Comissão de Fiscalização**

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado [Mensal]
			Doc	Data	
25-11-2002 a 13-11-2013	Presidente	Dr. Issuf Ahmad	Desp.Conj. 1125/201 e Desp. Conj. 73/2002	29-12-2001 e 25-1-2002	1.188,14 €
09-12-1993 a 13-11-2013	Vogal ROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	Desp.Conj. Diário Rep. II série nº286 de 9-12-1993	23-11-1993 e 09-12-1993	1.903,95 €

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução Lei OÉ	Bruta Após Reduções
Dr. Issuf Ahmad	14.257,68 €	0,00 €	14.257,68 €
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	23.676,00 €	828,60 €	22.847,40 €

Nota: Após a nomeação do Conselho Fiscal o Dr. José Luís Areal Alves da Cunha continuou a assegurar a função de ROC.

## Auditor Externo

### Identificação do Auditor Externo

Nome	Nº Registo na CMVM	Data da Contratação		Remuneração Anual		
		Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução Lei OE	Bruta Após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda.	9171	03-02-2012	3 anos	24.100 €	[Ver nota]	N.A.

**Nota:** O valor da prestação de serviços contratados respeita a 3 exercícios e engloba os serviços de auditoria e revisão das contas da CP (individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo CP. O total do contrato para o triénio foi de 196.000 €. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP para os 3 anos são de 72.300 €.





## VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

### INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES

As Transações entre Partes Relacionadas (vide ponto anterior – Participações Sociais e Obrigações detidas) são apresentadas no quadro seguinte:

Vendas e prestações de serviço	31-12-2013	31-12-2012
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	5.846.228 €	6.001.935 €
CP CARGA, SA	32.273.402 €	31.430.729 €
FERNAVE, SA	193.468 €	134.806 €
FERGRÁFICA, SA	8.000 €	12.000 €
SAROS, LDA	12.797 €	40 €
ECOSAÚDE, SA	60.851 €	67.894 €
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	348.346 €	449.541 €
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	487.918 €	47.306 €
<b>TOTAL</b>	<b>39.231.010 €</b>	<b>38.144.251 €</b>

Gastos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA (*)	-26.312.887 €	-28.247.521 €
CP CARGA, SA	-750.898 €	-558.161 €
FERNAVE, SA	-604.236 €	-436.398 €
FERGRÁFICA, SA	-2.166.845 €	-213 €
ECOSAÚDE, SA	-790.065 €	-805.538 €
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	-718.954 €	-778.834 €
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	-8.802.915 €	-10.628.832 €
<b>TOTAL</b>	<b>-40.146.800 €</b>	<b>-41.455.497 €</b>

(\*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

Investimento	31-12-2013	31-12-2012
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	11.218.086 €	20.669.177 €
CP CARGA, SA	18.342.402 €	43.930.280 €
FERNAVE, SA	1.193.000 €	642.051 €
FERGRÁFICA, SA	-1.074.834 €	515.282 €
ECOSAÚDE, SA	500.000 €	0 €
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	32.500 €	0 €
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	0 €	-718.721 €
<b>TOTAL</b>	<b>30.211.154 €</b>	<b>65.038.069 €</b>

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

ATIVOS	31-12-2013	31-12-2012
<b>Investimento</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	10.595.516 €	10.790.167 €
CP CARGA, SA	62.272.682 €	43.930.280 €
FERNAVE, SA	2.636.051 €	1.443.051 €
FERGRÁFICA, SA	0 €	1.074.834 €
ECOSAÚDE, SA	500.000 €	0 €
<b>Clientes e O. Contas Receber</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	508.179 €	441.433 €
CP CARGA, SA	11.152.049 €	8.105.482 €
FERNAVE, SA	9.928 €	20.333 €
FERGRÁFICA, SA	0 €	4.182 €
SAROS,LDA	9 €	4 €
ECOSAÚDE, SA	6.757 €	272.834 €
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	441.168 €	328.930 €
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	34.189 €	8.045 €
<b>PASSIVOS</b>	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>
<b>Fornecedores e O. Contas Pagar</b>		
<b>Subsidiárias</b>		
EMEF, SA	-5.523.256 €	-5.771.866 €
CP CARGA, SA	-100.544 €	-392.033 €
FERNAVE, SA	-39.219 €	-56.266 €
FERGRÁFICA, SA	0 €	-254 €
ECOSAÚDE, SA	-113.881 €	-305.165 €
<b>Associadas</b>		
TIP, ACE	-570.938 €	-1.172.177 €
<b>Empresas com participação indirecta</b>		
EMEF / SIEMENS, ACE	-1.903.336 €	-1.214.294 €
<b>TOTAL ATIVO + PASSIVO</b>	<b>79.905.354 €</b>	<b>57.507.518 €</b>

Não foram efetuados em 2013 quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

## Informação sobre outras transações

Os procedimentos adotados pela CP são os constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP), no Regulamento de Compras em vigor e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

A lista de fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos, com faturação ultrapassando 1 milhão de Euros, consta do quadro seguinte:

Fornecedor	Valores de Compras 2013 (Montante sem IVA)
REFER EPE	57.859.400,47 €
EMEF	37.625.503,64 €
EDP COMERCIAL	18.569.152,46 €
EMEF / SIEMENS, ACE	8.802.915,01 €
PETROGAL, S.A.	7.903.205,94 €
ENDESA (SUC.PORTUGAL)	7.041.505,42 €
RENFE Operadora	5.760.737,82 €
CARRIS, S.A.	3.634.185,54 €
SIEMENS S.A.	2.742.530,57 €
SERVIRAIL	2.043.091,23 €
SCOTTURB	1.992.862,80 €
ETAC	1.835.000,42 €
METROPOLITANO OE LISBOA, E.P.E.	1.781.353,05 €
TST, SA	1.752.601,54 €
CHARON	1.658.430,99 €
AMBIENTE & JARDIM, S.A.	1.558.976,79 €
BOMBARDIER. S.A.	1.344.720,27 €
VIMECA, LDA	1.098.299,70 €
RODOVIÁRIA DE LISBOA, S.A.	1.095.505,32 €
CP CARGA, S.A.	1.056.150,44 €

No âmbito dos procedimentos adotados relativamente aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio – divulgado através do Ofício 6132/2010 de 6 de agosto), refere-se a obrigação de qualquer órgão da empresa ter de justificar, quando solicita autorização ao Conselho de Administração para efetuar despesa no valor de 125.000,00 euros ou superior, a necessidade da aquisição e objetivos a alcançar, a necessidade de contratar entidades externas face à ausência de recursos internos, assim como os resultados obtidos com o investimento e respetivos desvios. Assim, todas as aquisições foram feitas de acordo com o referido Despacho.

## VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

### Estratégias e ações desenvolvidas para garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade

A promoção da eficiência foi o foco estratégico da Empresa para 2013, estabelecendo-se como seu grande objetivo alcançar a sustentabilidade económico-financeira, traduzido na melhoria do EBITDA.

Assim, a CP, continuou a ajustar a sua atividade às necessidades dos clientes, a otimizar a utilização dos recursos e a melhorar a qualidade do serviço oferecido. Procurou igualmente através da comunicação com o mercado, não só a fidelização dos atuais clientes mas também a captação de novos, de forma a inverter a tendência de redução de passageiros que se verificou nos últimos anos.

Não foram descurados os compromissos ambientais, continuando-se o trabalho no sentido da obtenção da certificação ambiental e da poupança de recursos.

Relativamente à responsabilidade social, foi promovido o diálogo laboral, continuaram a desenvolver-se ações sociais junto dos colaboradores e da comunidade e a divulgação da cultura ferroviária, tanto histórica como técnica, o que, para além de enriquecer culturalmente a sociedade, permite ainda criar laços emocionais com a CP, melhorando a sua notoriedade.

### Responsabilidade Económica

A CP continuou a ajustar a oferta, sempre que tal se demonstrou justificado sem contudo afetar a mobilidade da população, e a racionalizar os processos promovendo a melhoria da produtividade e eficiência das suas operações. Foram ainda criados novos serviços, novas políticas tarifárias e disponibilizados novos canais de venda, que em conjunto com a estabilidade laboral, contribuiram para a progressiva retoma da confiança dos clientes na empresa.

Em termos de inovação, entre outros projetos, foi concluída a instalação de novo equipamento de controlo de acessos às plataformas de embarque, de um conjunto de 21 estações da CP Lisboa que utilizam bilhética sem contacto, implementou-se o Portal VIVA que permite ao seu utilizador aceder a diversa informação sobre os cartões VIVA e proceder a carregamentos *zapping*, e foi também lançado o Caixa Viva, cartão multibanco da Caixa Geral de Depósitos, que permite o acesso facilitado aos transportes públicos de Lisboa sem necessidade de prévio carregamento de títulos.

No que respeita à qualidade do serviço foi disponibilizado o *Wi-Fi* gratuito em todos os comboios Alfa e no Intercidades da Beira Baixa e estabelecidas diversas parcerias com serviços complementares. No âmbito da segurança da circulação e no seguimento da monitorização das ocorrências, da análise e da identificação de situações de risco ou de inconformidade, foram tomadas diligências junto da REFER, URF e IMT.

A CP renovou a Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), reconhecendo-se o esforço da empresa em assegurar a conformidade dos seus produtos e serviços, a satisfação dos seus clientes e a respetiva melhoria contínua.

## Responsabilidade Social e Ambiental

A CP presta um serviço público de transportes visando a satisfação das necessidades de mobilidade da população, o que se traduz nos milhões de passageiros transportados em cada ano por todo o território nacional.

A preocupação com as pessoas com necessidades especiais nunca é descurada, tanto na adaptação do material circulante, como no atendimento prioritário em todas as bilheteiras. Houve, como habitualmente, contatos com as associações representativas das pessoas com deficiência com o objetivo de melhorar a percepção das dificuldades sentidas por este grupo de pessoas no acesso aos serviços da empresa.

A atividade da CP, embora muito intensiva em capital, é desenvolvida através de uma importante força laboral. A empresa promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação, tanto no recrutamento como na evolução profissional, ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Atenta ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permite uma falta justificada por quadrimestre a todos os seus colaboradores e facilita o acesso dos filhos dos colaboradores a colónias de férias no período de férias escolares.

A CP continua a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao reforço, atualização e aquisição de novas competências.

Na área da segurança, higiene e saúde no trabalho, continuaram a desenvolver-se as atividades inerentes à proteção da saúde e prevenção dos riscos profissionais, assim como os exames de medicina do trabalho.

Continua a disponibilizar ainda a todos os seus colaboradores um seguro de saúde, com uma cobertura alargada e tem celebrado acordos e protocolos com diversas entidades que geram benefícios para os trabalhadores (alguns abrangem também os familiares).

No que se refere a matérias ambientais, a CP deu continuidade à redução da generalidade dos consumos. Entre outros projetos, começou a desenvolver o projeto Ecodriving, em parceria com a EMEF, Nomad Tech e Toshiba, que tem como objetivo auxiliar a condução dos maquinistas de forma a torná-la mais eficiente do ponto de vista energético.

Depois dos serviços suburbano e regional, iniciou-se o projeto de criação de condições para o transporte de bicicletas nos serviços de longo curso, tendo sido instalados suportes em 25 carruagens Corail.

Toda a temática de sustentabilidade é desenvolvida no Relatório de Sustentabilidade de 2013.

## IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### Cumprimento das recomendações

Não foram emitidas recomendações sobre o Governo Societário da CP.

### Outras informações

A CP cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, divulgando:

- A composição da sua estrutura acionista;
- A identificação das participações sociais que detém;
- A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
- A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;
- O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual e plurianual;
- Os documentos anuais de prestação de contas;
- Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;
- A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Assim, a CP cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como, os objetivos que estipula atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Trata com respeito, igualdade e integridade os seus trabalhadores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo de procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Cumpre a legislação e a regulamentação em vigor. A CP cumpre com as obrigações relativas ao Código de Ética, Controlo de Risco, Prevenção de Conflitos de Interesses e de Divulgação de Informação nos Sites do SEE e da Empresa e no Relatório e Contas.